EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTO ESCOLAR: ADAPTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO

Samantha Rocha de Souza [1]
Josilaine Santos de A. de Oliveira [2]
Sara Moitinho [3]

RESUMO

Este estudo analisa as adaptações pedagógicas implementadas em uma escola da zona norte do Rio de Janeiro que atende estudantes desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, com ênfase nos anos finais, no contexto da educação inclusiva. A pesquisa tem como objetivo descrever e examinar práticas voltadas a estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento e diferentes deficiências, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), deficiência intelectual, dislexia, discalculia, disortografia, disgrafia, Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC) e deficiência física. Os resultados evidenciam que a instituição organiza seus recursos pedagógicos, estratégias didáticas e suporte multidisciplinar de modo a assegurar o acesso, a permanência e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, alinhando-se aos princípios da educação inclusiva. Entre as principais adaptações, destacam-se o uso de metodologias ativas, a flexibilização curricular, a diversificação dos instrumentos avaliativos e a oferta de apoios pedagógicos individualizados. No atendimento a estudantes com TEA, são utilizadas rotinas estruturadas, recursos visuais e estratégias de mediação socioemocional. Para alunos com TDAH, priorizam-se ambientes com menos estímulos distratores, atividades fragmentadas e reforço positivo. Já para estudantes com TPAC, são realizadas adequações no ambiente, como redução de ruídos, posicionamento estratégico em sala e uso de suportes visuais. No caso da deficiência intelectual, há adaptação dos objetivos de aprendizagem, com foco no desenvolvimento global. Para estudantes com deficiência física, adota-se o ensino híbrido. As dificuldades específicas de aprendizagem são atendidas por meio de materiais adaptados e ampliação do tempo de avaliação. Conclui-se que tais práticas contribuem significativamente para um ambiente inclusivo, promovendo autonomia, participação e sucesso escolar, além de reforçar a importância da formação docente continuada e da articulação entre escola, família e profissionais especializados.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Adaptações Pedagógicas, Acessibilidade Educacional, Ensino Fundamental II.

[1] Mestra em Educação Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos - RJ, sam.souza1@hotmail.com;
[2] Pós-graduada em ABA – Análise do Comportamento Aplicada - FAVENI - Faculdade Venda Nova do Imigrante, josilainesantosoliveira@gmail.com;
[3] Doutora em Educação, pela Universidade de São Paulo – USP, saramoitinho@ines.gov.br;

Introdução

A educação inclusiva tem se consolidado, nas últimas décadas, como um princípio fundamental das políticas educacionais, orientando os sistemas de ensino a garantir o direito de todos os estudantes ao acesso, à participação e à aprendizagem em contextos escolares comuns. No Brasil, esse movimento é respaldado por marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que reafirmam o compromisso com uma educação que respeite e valorize a diversidade humana. Nesse contexto, a escola é desafiada a reorganizar suas práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas, de modo a atender às especificidades dos estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento.

No Ensino Fundamental II, tais desafios se tornam ainda mais evidentes, considerando a complexidade dos conteúdos, a organização disciplinar e a crescente exigência de autonomia dos estudantes. Dessa forma, a adoção de adaptações pedagógicas torna-se essencial para garantir o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos, respeitando suas singularidades. Essas adaptações envolvem a flexibilização curricular, a diversificação de metodologias de ensino e de instrumentos avaliativos, bem como a utilização de recursos didáticos acessíveis e o suporte de equipes multidisciplinares (Mantoan, 2015; Glat; Pletsch, 2011).

A presença de estudantes com diferentes perfis, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), deficiência intelectual, dificuldades específicas de aprendizagem, entre outros, demanda a construção de práticas pedagógicas inclusivas pautadas em estratégias diversificadas e intencionalmente planejadas. Tais práticas devem favorecer não apenas o acesso ao currículo, mas também a participação ativa, a interação social e o desenvolvimento da autonomia dos estudantes (Vygotsky, 1997; Mantoan, 2015).

Este artigo parte do relato de experiências das autoras no contexto de uma instituição de ensino localizada na zona norte do Rio de Janeiro, que atende estudantes desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, com ênfase no Ensino Fundamental II. A partir dessa vivência, buscou-se analisar as adaptações pedagógicas implementadas

pela escola no atendimento a estudantes com deficiências e transtornos do neurodesenvolvimento.

Como percurso metodológico, adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em observações realizadas no cotidiano escolar, bem como em pesquisa bibliográfica que sustenta teoricamente a análise das práticas identificadas. A articulação entre experiência prática e fundamentação teórica possibilita uma compreensão mais ampla das estratégias adotadas, dos desafios enfrentados e das potencialidades das práticas inclusivas no contexto investigado.

Dessa forma, o estudo tem como objetivo descrever e analisar as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas na instituição, evidenciando como tais ações contribuem para a promoção de um ambiente educacional mais equitativo. Ao discutir essas experiências, o artigo busca contribuir para o campo da educação inclusiva, oferecendo subsídios teóricos e práticos que possam apoiar educadores, gestores e pesquisadores na construção de práticas pedagógicas mais eficazes e comprometidas com a garantia do direito à educação para todos.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva, desenvolvida a partir do relato de experiências das autoras no contexto de uma instituição de ensino localizada na zona norte do Rio de Janeiro. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se por sua adequação à compreensão de fenômenos educacionais em seus contextos naturais, permitindo analisar práticas, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos no processo educativo (Bogdan; Biklen, 1994; Minayo, 2001).

Do ponto de vista dos procedimentos, a pesquisa aproxima-se de um estudo de caso, uma vez que investiga, de forma aprofundada, uma realidade específica, a implementação de práticas inclusivas em uma escola que atende estudantes da Educação Infantil ao Ensino Superior, com ênfase no Ensino Fundamental II. O estudo de caso possibilita uma análise detalhada do contexto, favorecendo a compreensão das particularidades e complexidades das práticas pedagógicas desenvolvidas (Yin, 2015).

A produção dos dados ocorreu por meio de observações no cotidiano escolar, realizadas de forma sistemática e orientadas pelos objetivos da pesquisa. A observação, enquanto técnica de coleta de dados, permite o registro direto das práticas pedagógicas, das interações em sala de aula e das estratégias utilizadas pelos professores no atendimento aos estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento (Ludke; André, 1986). Foram observadas situações relacionadas ao uso de metodologias ativas, adaptações curriculares, estratégias de mediação pedagógica, organização do ambiente escolar e práticas avaliativas diferenciadas.

Além das observações, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de fundamentar teoricamente a análise das práticas identificadas. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de livros, artigos científicos e documentos normativos que abordam a educação inclusiva, as adaptações pedagógicas e os transtornos do neurodesenvolvimento. Esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador estabelecer diálogo entre a realidade empírica e o conhecimento já produzido na área, contribuindo para a interpretação e análise dos dados (Gil, 2008).

A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa, buscando identificar padrões, categorias e relações entre as práticas observadas e os referenciais teóricos adotados. Conforme destaca Minayo (2001), a análise qualitativa envolve um processo de organização, categorização e interpretação dos dados, considerando seu contexto e sua complexidade.

Ressalta-se que o estudo respeitou os princípios éticos da pesquisa em educação, preservando a identidade da instituição e dos sujeitos envolvidos, bem como garantindo a confidencialidade das informações.

Organização Institucional para o Atendimento Inclusivo

A experiência relatada neste estudo foi desenvolvida em uma escola pública estadual de ensino regular, localizada na zona norte do município do Rio de Janeiro, que atende estudantes da Educação Infantil ao Ensino Superior. Para preservar a identidade institucional, a escola será denominada, ao longo deste texto, como instituição de ensino investigada. Trata-se de uma instituição com histórico de atuação na formação de professores e na oferta de educação básica, que recebe um público escolar diverso,

incluindo estudantes com deficiências e transtornos do neurodesenvolvimento, especialmente no Ensino Fundamental II, etapa central desta experiência.

A organização institucional para o atendimento inclusivo na escola investigada tem se construído de forma progressiva, a partir das demandas concretas do cotidiano escolar e das especificidades apresentadas pelos estudantes. A inclusão é compreendida não apenas como cumprimento de normativas legais, mas como um compromisso pedagógico e ético assumido coletivamente pela instituição. Nesse sentido, as práticas inclusivas observadas emergem da articulação entre gestão escolar, coordenação pedagógica, professores, mediadores e demais profissionais envolvidos no processo educativo.

No âmbito da gestão escolar, destaca-se o investimento na criação de espaços de diálogo e reflexão sobre as práticas pedagógicas inclusivas. Reuniões pedagógicas, encontros formativos e momentos de escuta dos professores e mediadores são utilizados como estratégias para discutir desafios, compartilhar experiências e planejar intervenções voltadas ao atendimento dos estudantes público-alvo da educação especial. Essa organização favorece a construção coletiva de soluções pedagógicas e contribui para o fortalecimento de uma cultura institucional voltada à inclusão.

A coordenação pedagógica desempenha papel central na mediação entre as orientações legais da educação inclusiva e sua implementação no cotidiano escolar. A partir do acompanhamento sistemático das turmas e do diálogo constante com os docentes, a coordenação orienta a adaptação dos objetivos de aprendizagem, a flexibilização curricular e a diversificação das estratégias didáticas e avaliativas. Essas orientações não são padronizadas, mas construídas de forma contextualizada, considerando as necessidades específicas dos estudantes e as características das diferentes áreas do conhecimento.

A atuação dos professores regentes ocorre de maneira articulada com os profissionais de apoio e mediadores, quando presentes, favorecendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais individualizadas. Essa colaboração possibilita a identificação das potencialidades e dificuldades dos estudantes, bem como a adoção de estratégias que promovam sua participação ativa nas atividades escolares. Observa-se que o trabalho colaborativo contribui para a redução de barreiras atitudinais e pedagógicas, ampliando as possibilidades de aprendizagem e interação no contexto da sala de aula.

Outro aspecto relevante da organização institucional refere-se à flexibilização dos tempos, espaços e recursos pedagógicos. A instituição demonstra abertura para reorganizar rotinas escolares, adaptar o uso do espaço físico e incorporar recursos visuais e tecnológicos de apoio, de acordo com as demandas apresentadas pelos estudantes. Essas adaptações são realizadas de forma dinâmica e contínua, a partir da observação cotidiana e da avaliação do impacto das estratégias adotadas no processo de aprendizagem.

A experiência também evidencia a importância da formação continuada dos profissionais envolvidos. Embora muitos docentes não possuam formação inicial específica em educação especial, a instituição investe em processos formativos internos, baseados na troca de experiências, no estudo de casos e na reflexão sobre a prática. Esses momentos formativos contribuem para o desenvolvimento de competências pedagógicas inclusivas e para a ressignificação das concepções de ensino e aprendizagem.

A articulação entre escola e família constitui outro eixo fundamental da organização institucional para o atendimento inclusivo. A comunicação com os responsáveis ocorre de forma sistemática, por meio de reuniões, atendimentos individuais e trocas constantes de informações sobre o desenvolvimento dos estudantes. Essa parceria possibilita o alinhamento de expectativas e o fortalecimento das ações pedagógicas, além de contribuir para a construção de estratégias mais coerentes com a realidade dos estudantes.

De modo geral, a experiência vivenciada na instituição investigada revela que a efetivação da educação inclusiva exige uma organização institucional flexível, colaborativa e sensível às singularidades dos sujeitos. As práticas desenvolvidas demonstram que a inclusão não se restringe a adaptações pontuais, mas se configura como um processo contínuo de reflexão, planejamento e ação, que envolve todos os atores da comunidade escolar. Assim, a experiência reforça a compreensão de que a construção de ambientes educacionais inclusivos depende do comprometimento institucional, da formação permanente dos profissionais e da articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo.

Adaptações Pedagógicas e Práticas Inclusivas no Ensino Fundamental II

A consolidação da educação inclusiva no Ensino Fundamental II demanda a implementação de adaptações pedagógicas que considerem a diversidade de perfis de aprendizagem presentes na escola contemporânea. No contexto brasileiro, tais práticas estão fundamentadas em marcos legais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), que asseguram o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, sem discriminação. Nesse cenário, a escola deve reorganizar suas práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar.

As adaptações pedagógicas podem ser compreendidas como ajustes realizados no currículo, nas metodologias de ensino, nos recursos didáticos e nos processos avaliativos, visando atender às necessidades específicas dos estudantes (Glat; Pletsch, 2011). No Ensino Fundamental II, etapa marcada por maior complexidade dos conteúdos e exigência de autonomia, tais adaptações tornam-se ainda mais relevantes, especialmente para estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento e deficiências.

Entre as principais estratégias, destaca-se a flexibilização curricular, que implica adequar objetivos, conteúdos e formas de avaliação sem descaracterizar a proposta pedagógica (Mantoan, 2015). Essa flexibilização permite que o estudante avance em seu próprio ritmo, respeitando suas potencialidades e limitações. Associada a isso, a diversificação de instrumentos avaliativos, como provas orais, atividades práticas, portfólios e avaliações processuais, que contribui para uma análise mais justa e abrangente do desenvolvimento do aluno (Hoffmann, 2014).

As metodologias ativas também se configuram como importantes aliadas na promoção da inclusão, uma vez que colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem, favorecendo sua participação e engajamento. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos, resolução de problemas e uso de tecnologias digitais possibilitam diferentes formas de acesso ao conhecimento (Moran, 2018). Para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por exemplo, o uso de rotinas estruturadas e recursos visuais facilita a organização cognitiva e a compreensão das atividades (Bosa, 2006). Já para alunos com TDAH, práticas como a fragmentação das tarefas e o uso de reforço positivo auxiliam na manutenção da atenção e na autorregulação (Barkley, 2008).

No caso de estudantes com Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC), a organização do ambiente escolar é fundamental, incluindo a redução de ruídos e o uso de recursos visuais de apoio (Pereira; Schochat, 2011). Para aqueles com dificuldades específicas de aprendizagem, como dislexia e discalculia, recomenda-se o uso de materiais adaptados, linguagem acessível e ampliação do tempo de execução das atividades (Capellini; Oliveira; Cuetos, 2014). Já para estudantes com deficiência intelectual, as adaptações devem priorizar objetivos funcionais e o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas (Aaidd, 2010).

Outro aspecto fundamental refere-se ao trabalho colaborativo entre professores, equipe pedagógica e profissionais especializados, como psicopedagogos e fonoaudiólogos. Essa atuação interdisciplinar favorece a construção de estratégias mais eficazes e contextualizadas (Pletsch, 2014). Além disso, a parceria com a família é essencial para garantir a continuidade das ações inclusivas para além do ambiente escolar.

Dessa forma, as adaptações pedagógicas e práticas inclusivas no Ensino Fundamental II não devem ser compreendidas como ações pontuais ou isoladas, mas como parte de uma cultura escolar comprometida com a equidade e a valorização da diversidade. A efetivação dessas práticas exige formação continuada dos docentes, investimento em recursos e, sobretudo, uma mudança de concepção sobre o processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo que todos os estudantes são capazes de aprender, desde que lhes sejam garantidas as condições adequadas.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar as adaptações pedagógicas e práticas inclusivas desenvolvidas em uma escola da zona norte do Rio de Janeiro, com ênfase no Ensino Fundamental II, a partir do relato de experiências das autoras, das observações realizadas no contexto escolar e do diálogo com a literatura da área. Os resultados evidenciam que a instituição investigada tem buscado estruturar suas ações de modo a garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e o desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiências e transtornos do neurodesenvolvimento.

As práticas identificadas, como a flexibilização curricular, a diversificação dos instrumentos avaliativos, o uso de metodologias ativas e a oferta de apoios pedagógicos individualizados, demonstram um movimento consistente em direção à construção de um ambiente educacional mais inclusivo. Destaca-se, ainda, a adoção de estratégias específicas para diferentes perfis de estudantes, como o uso de rotinas estruturadas e recursos visuais para alunos com TEA, a organização de ambientes com menos estímulos para estudantes com TDAH, as adequações ambientais para aqueles com TPAC e a adaptação de objetivos de aprendizagem para estudantes com deficiência intelectual. Tais ações evidenciam a importância de práticas pedagógicas intencionalmente planejadas e sensíveis às singularidades dos alunos.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel do trabalho colaborativo entre professores, equipe pedagógica, profissionais especializados e família, elemento fundamental para a efetivação das práticas inclusivas. A articulação entre esses atores contribui para a construção de estratégias mais eficazes e para o acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes. Nesse sentido, reforça-se também a importância da formação continuada dos docentes, como condição essencial para o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas.

Apesar dos avanços observados, reconhece-se que a implementação da educação inclusiva ainda apresenta desafios, especialmente no que se refere à necessidade de ampliação de recursos, à formação específica dos profissionais e à consolidação de uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva. Tais desafios indicam que a inclusão deve ser compreendida como um processo contínuo, que exige reflexão, adaptação e compromisso institucional.

Por fim, este estudo contribui ao evidenciar, a partir de uma experiência concreta, caminhos possíveis para a efetivação de práticas inclusivas no contexto escolar. Espera-se que as reflexões aqui dadas possam subsidiar outras instituições e profissionais da educação na construção de práticas pedagógicas mais equitativas, reafirmando o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade. Sugere-se, ainda, a realização de novas pesquisas que ampliem a investigação sobre práticas inclusivas em diferentes contextos educacionais, contribuindo para o fortalecimento desse campo de estudos.

Referências

AAIDD. *Intellectual Disability: Definition, Classification, and Systems of Supports*. 11. ed. Washington, DC: AAIDD, 2010.

BARKLEY, R. A. *Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: manual para diagnóstico e tratamento*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 28, supl. 1, p. S47–S53, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

CAPELLINI, S. A.; OLIVEIRA, A. M.; CUETOS, F. *Dislexia e outros transtornos de aprendizagem*. São Paulo: Artes Médicas, 2014.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HOFFMANN, J. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação, 2014.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

MORAN, J. *Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda*. Porto Alegre: Penso, 2018.

PEREIRA, L. D.; SCHOCHAT, E. *Processamento auditivo central: manual de avaliação*. São Paulo: Lovise, 2011.

PLETSCH, M. D. Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.